

Religião e participação política: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas

Religion and political participation: religious institutions and the development of civic skills

Ednaldo Aparecido Ribeiro
Alice Vila Nova Procopiuk Walter

Resumo

Na esfera política, passamos atualmente por um momento de expressão pública do religioso, fenômeno que tem chamado a atenção de pesquisadores brasileiros, principalmente no que diz respeito aos impactos da religião sobre o comportamento eleitoral dos indivíduos. É preciso reconhecer, entretanto, que o voto não é a única forma de participação política dentro do sistema democrático. Diante disto, este artigo buscou contribuir para a identificação da influência das instituições religiosas na política brasileira, verificando em que medida as principais religiões brasileiras estão relacionadas com a participação política, não apenas no que se refere às formas eleitorais, mas estendendo-se também às formas não convencionais ou de protesto. O material empírico utilizado na pesquisa foi produzido pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP) de 2012. Os resultados encontrados indicam que o ativismo religioso exerce efeito positivo sobre o engajamento cívico do brasileiro.

Palavras-chave

Participação Política; Religião; Comportamento Político.

Abstract

The political sphere is currently going through a time of public religious expression, phenomenon that has attracted the attention of several researchers, particularly regarding to the impacts of the religion on the electoral behavior of individuals. However, despite its pertinence, voting is not the only way of political participation in the democratic system. From that, this study aimed to contribute to the identification of the influence of religious institutions on Brazilian politics, checking to what extent the main Brazilian religions are related to political participation, not only regarding the electoral forms, but also extending the unconventional or protest forms. The empirical data used in the study was produced by the Public Opinion Project of Latin America (LAPOP) of 2012. The results indicate that religious activism has a positive effect on civic engagement in Brazil.

Keywords

Political Participation; Religion; Political Behavior.

Introdução

Desde as eleições presidenciais de 2010, diversos pesquisadores brasileiros têm se proposto a analisar tanto os candidatos que instrumentalizam eleitoralmente sua religiosidade, quanto a busca dos candidatos que se identificam como laicos pelo apoio eleitoral de autoridades eclesásticas e organizações religiosas. O foco das discussões voltou-se, quase que inteiramente, para a inserção dos grupos religiosos, principalmente dos evangélicos, na política eleitoral e partidária.

Contudo, é amplamente reconhecido que toda a história nacional é marcada pela presença da religião na esfera pública, estando presente na política desde nossa colonização. Em todos esses momentos é possível ver a persistência, vitalidade e saúde da religião ao longo da história nacional. Como bem aponta Paula Montero (2012), é preciso reconhecer que a Igreja Católica teve um importante papel na concepção e estabilização política dos direitos individuais e na construção de um modelo de sociedade civil, e que em nosso país as religiões estiveram presentes historicamente na construção e gestão do espaço público, influenciando fortemente as áreas da educação, saúde e assistência social sob o consentimento e apoio do próprio Estado. Observando a história brasileira, é possível notar que o processo de separação entre Igreja e Estado, que até os dias de hoje levanta questionamentos, não teve como produto o declínio e o fim da religião, mas sim a produção e a legitimação de novas formas religiosas e a continuidade de sua ação na política (GIUMBELLI, 2002; MONTERO, 2006).

A compreensão adequada sobre a relação entre política e religião deve contemplar a dimensão institucional, acerca das influências das denominações sobre o funcionamento do Estado, mas também dimensões ligadas ao comportamento individual dos cidadãos. Nesse terreno, pesquisas recentes têm se dedicado à identificação de componentes religiosos na explicação das decisões tomadas pelos eleitores em pleitos de diferentes esferas e para diferentes cargos (PIERUCCI, 2011; ORO, 2001 e 2003; ORO e MARIANO, 2010; BOHN, 2004). Mais escassas são as pesquisas sobre comportamentos políticos que se situam fora dos limites eleitorais e, diante dessa constatação, desenvolvemos uma pesquisa que procurou investigar o efeito da filiação e do ativismo religioso sobre diferentes modalidades de participação política entre os cidadãos brasileiros.

O presente artigo expõe os principais resultados dessa investigação e, para tanto, está dividido em quatro partes, além dessa introdução: na primeira revisamos rapidamente a literatura que trata da relação entre comportamento político e instituições religiosas, dando destaque à teoria de Voluntarismo Cívico de Sidney

Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady (1995); na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; na sequência, são apresentados e discutidos os resultados encontrados; por fim, tecemos algumas considerações finais acerca dos achados da pesquisa.

Comportamento político e instituições religiosas

Diversos autores se propuseram a discutir a questão da presença da religião na esfera pública, porém, como nossa intenção neste artigo é analisar a relação entre instituições religiosas e participação política, não pretendemos aqui fazer um longo inventário sobre a literatura politológica que se dedica à interface religião/política, de modo que focalizamos apenas as pesquisas acerca da influência das instituições religiosas na formação, mobilização e engajamento político dos indivíduos.

Dentre os pesquisadores mais conhecidos e citados encontram-se Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady. Esses autores possuem diversos textos que abordam a relação religião/política, dentre eles *Voice and Equality* (1995), no qual desenvolvem o Modelo de Voluntarismo Cívico com a finalidade de explicar a participação política. Buscando entender o impacto organizacional da igreja no engajamento político dos americanos, os autores destacam o papel dessa instituição no desenvolvimento de habilidades cívicas, definidas como capacidades organizacionais e comunicacionais que permitem o engajamento em atividades nas quais as pessoas podem expressar sua voz no processo político. Tais habilidades seriam recursos que facilitariam a participação política, quando empregadas em favor de suas causas.

As igrejas, instituições não políticas da vida adulta, promoveriam a chance de praticar tais habilidades, isto é, seriam lugares nos quais os cidadãos podem desenvolver características que poderiam torná-los ativos politicamente. Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), a filiação religiosa tem como diferencial o fato de não ser estratificada por renda, etnia ou gênero, o que permite que a divisão de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas seja relativamente igual entre os seus membros. Assim, devido a essa distribuição de oportunidades, as instituições religiosas parecem ter o potencial de reforçar os recursos políticos disponíveis aos cidadãos desprivilegiados.

Percebendo o papel significativo que as igrejas desempenham como instituições espirituais e sociais, os autores dedicam-se a examinar a sua função, enquanto geradoras de envolvimento político, entre os afro-americanos e latinos nos

Estados Unidos. Dentre outros achados, encontraram que os afro-americanos são mais ativos que os latinos e os brancos na frequência em atividades da igreja, no tempo gasto em atividades educacionais, sociais e de caridade dentro da igreja, e na contribuição de fundos. Além disso, verificaram que os latinos, apesar de possuírem um alto nível de frequência à igreja, possuem baixo nível de envolvimento em atividades educacionais, de caridade e sociais ligadas às suas igrejas, o que pode estar relacionado com o fato de serem mais propícios ao Catolicismo do que ao Protestantismo (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Segundo os autores, essas diferenças comportamentais podem estar ligadas a características organizacionais, já que as igrejas católicas e protestantes diferem em diversas dimensões. Essas últimas tendem a ser menores, a maioria das suas denominações permite uma maior participação na liturgia e em grande parte estão organizadas em bases congregacionais em vez de hierárquicas como as igrejas católicas. Para os autores, os dados encontrados entre os latinos nos Estados Unidos demonstram que o tipo de igreja que o indivíduo faz parte afeta a aquisição de habilidades cívicas, tendo assim um efeito mediado sobre o seu padrão de atuação política.

As instituições religiosas, contudo, não apenas contribuiriam para o desenvolvimento de habilidades cívicas, como também funcionariam como lugar de recrutamento e de estímulo para o engajamento político. Por meio de sua rede de contatos, os indivíduos seriam recrutados para a participação. O envolvimento em igrejas traria também a exposição a conversas, a mensagens e a palpites políticos, mesmo em contextos institucionais que não tenham uma conexão direta com a política.

Aqui, como medida a ser testada entre afro-americanos, latinos e brancos, os autores utilizam a frequência em reuniões na igreja para discutir algum assunto político nacional ou local e a frequência com que o clérigo discute assuntos políticos no púlpito. A diferença encontrada entre católicos e protestantes em termos de recrutamento político e exposição a mensagens políticas é pequena, se comparada com a prática de habilidades cívicas. Já entre afro-americanos e os outros dois grupos étnicos o mesmo não ocorre. Segundo os autores, por pertencerem a igrejas nas quais a estrutura interna nutre oportunidades para exercer habilidades politicamente relevantes, e por pertencerem a igrejas mais politizadas em que são expostos a estímulos, pedidos de participação e mensagens do púlpito acerca de assuntos políticos, os afro-americanos apresentam uma maior diferença que os latinos e os

brancos no tocante ao recrutamento político (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Paul Djupe e Tobin Grant (2001), a respeito do papel das instituições religiosas no desenvolvimento das habilidades cívicas e no recrutamento para o engajamento cívico, dedicam-se a analisar as formas como as instituições religiosas promovem a participação política nos Estados Unidos. Segundo esses pesquisadores, a religião e as igrejas têm mostrado um grande potencial para afetar a política americana. Diante disso, buscam em *Religious Institutions and Political Participation in America* (2001) avaliar diretamente os papéis que a religião pode desempenhar na promoção da participação política para além do voto. Utilizando a mesma base de dados usada por Verba, Schlozman e Brady (1995) – *Citizen Participation Study* – e entendendo participação como comparecimento às urnas, trabalho de campanha, contato com autoridades governamentais, participação em protestos e em políticas comunitárias, os autores vão testar as sete hipóteses seguintes:

H1: Parishioners who are active in their churches will have a greater probability of participating in politics because of civic skill advantages.

H2: Parishioners who are recruited to politics by coreligionists will have a greater probability of participating in politics.

H3: Those with a clearer perception of the political orientations of the church will be more likely to participate in politics.

H4: Clergy-sponsored political meetings in church will increase the probability of a member participating in politics.

H5: Valuing religious activities more than political activities will decrease the probability of a person participating in politics.

H6: Viewing church activity as a way to have a political impact will increase the probability of participating in politics.

H7: Members of different religious traditions will differ in their probabilities of participating in politics (DJUPE e GRANT, 2001, p. 305-308).

Inicialmente, concordam com as evidências que atestam o papel fundamental dos recursos seculares na explicação da participação, porém também afirmam que os indivíduos religiosos não são politicamente ativos unicamente devido a tais recursos. Isso fica claro nos resultados que encontram, já que das sete hipóteses testadas, apenas duas (H1 e H7) não se mostraram válidas. As instituições religiosas, desta forma, interferem na participação política de cinco formas: 1) os paroquianos que são recrutados para a política por correligionários têm maior probabilidade de participar; 2) aqueles com uma percepção clara das orientações políticas da igreja são mais

propensos à ação política; 3) reuniões políticas patrocinadas pelo clero na igreja aumentam a possibilidade dos membros serem ativos politicamente; 4) dar mais valor às atividades religiosas do que às atividades políticas diminui a probabilidade de uma pessoa participar politicamente; e 5) a visualização da atividade da igreja como uma forma de impacto político aumenta a probabilidade de participação (DJUPE e GRANT, 2001).

David E. Campbell, em *Acts of faith: Churches and political engagement* (2004), também parte de uma premissa semelhante à de Verba, Schlozman e Brady para pensar a relação entre participação política e religião, porém seu foco de pesquisa são os evangélicos protestantes brancos. Entendendo participação política tanto como comparecimento às urnas como participação não eleitoral, o autor busca verificar como o tempo gasto pelos evangélicos dos Estados Unidos em prol de suas igrejas prejudica a participação na comunidade maior e o engajamento político. Para Campbell, a igreja exige tanto tempo e energia de seus membros em suas atividades que sua participação em comunidades maiores e o seu engajamento político são prejudicados.

Porém, esse alto comprometimento de tempo que algumas igrejas pedem de seus membros não é o único foco do autor. Esse ainda busca entender como a rede social resultante da atividade religiosa contribui para uma ação política esporádica de seus membros. Uma vez que a participação em atividades da igreja reforça os contatos sociais, esses contatos poderiam ser utilizados esporadicamente para uma rápida e intensa mobilização. Segundo o autor, pode-se esperar dos evangélicos, então, uma atitude política quando seus valores morais forem ameaçados (CAMPBELL, 2004).

Já Michael Jones-Correa e David L. Leal, em *Political Participation: Does Religion Matter?* (2001) testam as hipóteses de Verba, Schlozman e Brady (1995) a respeito da relação entre religião e participação política entre os latinos americanos católicos. Os pesquisadores buscam verificar se o argumento utilizado em *Voice and Equality* a respeito do baixo desenvolvimento de habilidades políticas de católicos se aplica a todos os membros desse segmento religioso, independentemente da etnia, bem como procuram identificar se essa teoria faz uma diferenciação satisfatória entre católicos e protestantes dentro do mesmo grupo étnico.

Para tanto utilizam os dados do Latino National Political Survey (LNPS) dos anos 1989/1990, um *survey* cuja amostragem traz os três maiores grupos étnicos latinos na América: americanos mexicanos, cubanos e porto-riquenhos. Ao selecionarem variáveis eleitorais e não eleitorais desse banco de dados, os autores não encontraram evidências que apoiem a hipótese de que os católicos dos grupos latinos

abordados no LNPS são menos suscetíveis a serem ativos politicamente que os protestantes latinos. Assim, contrariando Verba, Schlozman e Brady (1995), os dados encontrados por Jones-Correa e Leal indicam que o catolicismo entre esses latinos não está associado com níveis reduzidos de participação, isto é, igrejas, tanto católicas quanto protestantes, oferecem um significativo encorajamento para o engajamento político.

Robert Putnam (1993 e 2000) também teoriza a respeito da importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas, mas diferentemente de Verba, Schlozman e Brady (1995), o autor defende a relevância dessas instituições para a formação do capital social, entendido como o conjunto das conexões entre indivíduos por meio das quais as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança surgem. Destaca, então, a importância dos laços sociais e normas compartilhadas para o bem-estar social e para a eficiência econômica, por meio dos quais a sociedade civil promove diretamente capital social, que em troca facilita a participação política e o bom governo.

Putnam (2000) enfatiza a importância das igrejas e outras organizações religiosas na formação desse capital social, afirmando que as igrejas protestantes americanas têm sido através dos séculos, instituições sociais que têm promovido as bases organizacionais e psicológicas para uma variedade de movimentos sociais e políticos. Assim, as organizações baseadas na fé têm servido à vida civil não apenas promovendo suporte social para seus membros e serviços sociais para a comunidade maior, mas também inculcando valores morais, encorajando o altruísmo e fomentando o recrutamento cívico. Um exemplo disso seria a importância da igreja protestante nas comunidades afro-americanas. Segundo o autor, ao encorajar a mistura de assuntos religiosos e comunitários, a tradição religiosa negra nos Estados Unidos faz com que as organizações baseadas na fé sejam centrais ao capital social e ao engajamento cívico nessas comunidades (PUTNAM, 2000).

Com base nessas pesquisas já é possível acompanhar os caminhos que estão sendo traçados pelos estudos recentes a respeito da relação entre organizações religiosas e comportamento político. Nota-se que a literatura não é consensual a respeito dessa relação e seus efeitos. Enquanto autores como Verba, Schlozman e Brady (1995) apontam essas instituições no desenvolvimento de habilidades cívicas e no aumento das taxas de participação, Paul A. Djupe e J. Tobin Grant (2001) defendem que, apesar da frequência à igreja estar relacionada com o comportamento político dos indivíduos, as habilidades cívicas adquiridas nessa instituição não

potencializam o engajamento político. Putnam (1993 e 2000), por sua vez, destaca a importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas por uma perspectiva diferente desses autores, focando na formação do capital social.

Questões metodológicas

A pesquisa, cujos resultados são apresentados no presente artigo, teve o seguinte problema central: existe uma relação significativa entre a participação em instituições e organizações religiosas e o comportamento político dos indivíduos brasileiros? Para responder a essa pergunta fundamental testamos a hipótese de que entre os religiosos o ativismo religioso, ou o *status* de praticante, eleva o envolvimento em modalidades tradicionais de participação política, mas não interfere no envolvimento em modalidades não tradicionais ou contestatórias de participação.

Essa afirmação provisória é derivada do estudo já citado de Verba, Schlozman e Brady (1995), que afirma a relevância das instituições religiosas sobre o desenvolvimento de habilidades cívicas dos seus membros. Além disso, essas instituições funcionariam como lugar de recrutamento e estímulo para o engajamento político, já que além de permitirem uma rede de contato por meio da qual os indivíduos são recrutados à participação, ainda permitem aos seus fiéis a exposição a conversas e mensagens políticas. Diante disso, detalhando nossa hipótese, nossa expectativa era de que as instituições religiosas brasileiras contribuíssem para a participação política dos indivíduos e que, devido aos seus valores e princípios morais e éticos tradicionais, tal influência se manifestaria nas modalidades tradicionais ou convencionais e não nas ligadas ao protesto político.

Para a condução dos testes a base empírica selecionada foi o Latin American Public Project – American Barometer¹. No Brasil, até o momento em que as análises foram efetuadas, a última aplicação de questionários havia sido realizada entre 01 de março a 18 de abril de 2012 e contou com a supervisão de pesquisadores da Universidade de Brasília. De acordo com as notas técnicas do LAPOP, foram realizadas no país 1500 entrevistas. Para a construção de tal amostra, o projeto utilizou um desenho probabilístico nacional considerando os adultos em idade de voto e a margem de erro estimada para o inquérito foi de ± 2.5 . A amostra é composta por cinco camadas que representam as cinco regiões geográficas principais:

¹ Conduzido pela Universidade de Vanderbilt, esse *survey* é rodado a cada dois anos, abrangendo atualmente 26 países, incluindo todos da América do Sul, do Norte, Central e o Caribe. Ao buscar medir valores e comportamentos democráticos, esse projeto utiliza-se de uma metodologia rigorosa, empregando cuidadosamente amostras nacionais estratificadas e agrupadas.

Norte (216), Nordeste (336), Centro-oeste (217), Sudeste (479) e Sul (252). Cada estrato foi ainda sub estratificado por tamanho de município e por áreas urbanas e rurais, compondo 125 unidades amostrais finais, nas quais um total de 1.296 indivíduos foi entrevistado em áreas urbanas e 204 em zonas rurais.

Uma vez que nosso objetivo fundamental é analisar a relação entre ativismo religioso e participação política, tratamos a religião em todas as análises como uma variável independente, pois é ela que supostamente causa efeito na dependente (participação). Assim, já que o número de variáveis analisadas é bastante amplo, tanto no campo das denominações religiosas quanto das modalidades de participação política, escolhemos as variáveis que consideramos prioritárias.

Para mensurar a influência das instituições religiosas no comportamento político dos brasileiros, inserimos nas análises uma medida acerca do ativismo religioso dos indivíduos, obtido com a interrogação *Com que frequência o(a) Sr./Sra. vai à missa ou culto religioso?* Essa variável foi recodificada de duas formas diferentes, a primeira considerando como um indivíduo ativo religiosamente aquele que frequenta um culto religioso “mais de uma vez por semana” ou “uma vez por semana” e os não ativos o restante dos respondentes. A segunda recodificação foi feita de forma a separar os ativos e os não ativos dos principais segmentos religiosos brasileiros, isto é, católico, protestante tradicional ou evangélico não pentecostal, evangélico pentecostal e religiões tradicionais ou nativas (Candomblé, Umbanda, Voodoo, Rastafari, religiões Mayas, Santo Daime, Esotérica). A ideia aqui foi verificar o impacto da filiação religiosa, mas também da vinculação mais ativa a uma determinada religião no padrão de atuação política dos cidadãos.

Adicionalmente, inserimos uma variável a respeito da participação em organizações religiosas – *Por favor, diga se o (a) Sr./Sra. assiste às reuniões de alguma organização religiosa?* – recodificada de forma a separar os que participam “pelo menos uma vez por semana” e “uma ou duas vezes ao mês” daqueles que não participam (assistem às reuniões “uma ou duas vezes ao ano”, ou “nunca”). A segunda recodificação foi feita também de forma a separar os ativos e os inativos de cada segmento religioso.

No terreno da participação, procuramos selecionar variáveis que dizem respeito a uma ampla variedade de modalidades de envolvimento convencional² e

² Utilizamos a tipologia de classificação de participação política proposta por Ronald Inglehart e colaboradores (INGLEHART e CATTERBERG, 2002; INGLEHART e WELZEL, 2009). Os autores diferenciam as modalidades de participação de acordo com sua relação com as elites da

não-convencional. O mesmo processo de recodificação foi repetido com as variáveis de participação política. Dentre as modalidades convencionais selecionamos as variáveis geradas pelas perguntas: *O(A) Sr./Sra. votou nas últimas eleições presidenciais de 2010?*; *O(A) Sr./Sra. assistiu a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores nos últimos doze meses?*; *Por favor, diga se o (a) Sr./Sra. assiste às reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade?*; *Por favor, diga se o (a) Sr./Sra. assiste às reuniões de um partido ou movimento político?* A primeira dessas variáveis ficou dicotomizada apenas em “sim” e “não”, enquanto que nas demais combinamos de um lado as respostas “uma vez por semana” e “uma ou duas vezes ao mês” e, de outro, as alternativas “uma ou duas vezes ao ano” e “nunca”.

As variáveis utilizadas para mensurar a participação política não convencional são derivadas das perguntas: *Nos últimos doze meses, o(a) Sr./Sra., participou de alguma manifestação ou protesto público?*; *E no último ano, o(a) Sr./Sra. participou em algum bloqueio de alguma rua ou espaço público como forma de protesto?*; *Nos últimos doze meses o(a) Sr./Sra assinou alguma petição (abaixo-assinado)?*; *Nos últimos doze meses o(a) Sr./Sra. deixou de comprar algum produto, alimento ou qualquer outra coisa por motivos políticos?* Ao recodificarmos essas variáveis combinamos de um lado a resposta “sim” e, de outro, a alternativa “não”.

Para produzir, a partir desses dados amostrais, afirmações que sejam válidas para a população brasileira, empregamos o aparato técnico envolvido nos testes de significância estatística. Para saber se de fato as variáveis que cruzamos estão relacionadas ao ponto de podermos realizar a inferência desejada utilizamos o teste Qui-Quadrado (χ^2). Os resultados desses testes, porém, não podem ser tomados como definitivos sobre o relacionamento entre as variáveis, já que não possibilitam a utilização de controles relevantes, como aqueles advindos de variáveis sócio demográficas dos componentes da amostra (BOHRNSTEDT e KNOKE, 1988). Assim, depois de observadas essas primeiras associações, foram utilizados nas associações significativas modelos multivariados com a inserção dos atributos sexo, idade e escolaridade. O modelo escolhido foi o de regressão logística ou binária,

sociedade. Essas modalidades são divididas em ações *elite directed*, isto é, a participação dos cidadãos por meio de organizações hierárquicas, tais como partidos e sindicatos, e ações *elite challenging*, marcadas pela ação direta sem a intermediação de representantes, não institucionalizada, como os protestos, boicotes, abaixo-assinados e manifestações. Para uma discussão detalhada sobre o debate classificatório entre modalidades tradicionais (ou convencionais) e formas contestatórias (ou de protesto) consultar o livro *Participação Política na América Latina*, de Ribeiro e Borba (2015).

técnica que nos permitiu calcular as razões de possibilidade de o ativismo religioso influenciar no comportamento político dos indivíduos (POWERS e XIE, 2008).

Instituições religiosas e participação política

Iniciando pelas análises bivariadas, podemos ver abaixo (Tabela 1) que os cruzamentos resultantes entre frequentar cultos e missas e as modalidades de participação políticas convencionais não demonstram associação com a participação eleitoral para nenhum grupo religioso. Tal resultado nos chamou a atenção, uma vez que a religião tem se feito notar no momento eleitoral desde a eleição de 1986 para o Congresso Constituinte. Contudo, segundo Oro e Mariano, foi na eleição de 2010 que “a influência e o poder dos dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais sobre os principais candidatos atingiram o ápice” (ORO e MARIANO, 2010, p. 22). Se a presença religiosa nas eleições presidenciais desse ano foi tão explícita ao ponto de não poder ser ignorada por diversos pesquisadores brasileiros (ORO e MARIANO, 2010; BEM e LEISTNER, 2010; PIERUCCI, 2011), como explicar a ausência estatística de ligação entre os praticantes religiosos, em especial católicos e evangélicos, com a participação eleitoral?

Tabela 1 – Participação Política Convencional e Frequência a Cultos e Missas

Variáveis	Participação Eleitoral		Audiência Pública		Associação de Bairro		Partido ou Movimento Político	
	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.
Católico	5,698	,058	2,110	,348	6,621	,037	,884	,643
Protestante Tradicional	2,372	,305	4,007	,135	3,227	,199	,714	,700
Evangélica Pentecostal	4,747	,093	11,761	,003	5,696	,058	3,228	,199
Religiões Nativas	5,396	,067	23,075	,000	5,108	,078	13,832	,001

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

A única explicação que nossa base de dados nos permite oferecer, neste momento, relaciona-se com a obrigatoriedade do voto no Brasil. De acordo com a Constituição Federal, o voto é facultativo para os analfabetos, para quem tem 16 e 17 anos e para maiores de 70 anos, já para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos o voto é obrigatório. Haja vista que a construção da amostra do LAPOP utiliza um desenho probabilístico nacional que considera os adultos em idade de voto, e o voto é um poder-dever brasileiro, não é possível separar na amostra os indivíduos que

participam do momento eleitoral como uma forma de engajamento político daqueles que comparecem à urna apenas para cumprimento de uma obrigação cívica.

Tal resultado não chega a colocar em cheque nossa hipótese, haja vista que essa modalidade de participação foi a única dentre as formas de participação burocratizadas e convencionais aqui abordadas a não apresentar resultado com valor estatístico significativo. Assim, ser ativo religiosamente está associado com participação em audiência pública na Câmara dos Vereadores – evangélicos pentecostais (,003) e religiões nativas (,000) –, com participação em associações de bairro e juntas de melhoria – católico (,037) – e com participação em reuniões de partido ou movimento político – religiões nativas (,001).

Além da variável de frequência a cultos e às missas, utilizamos para verificar o papel das instituições religiosas no comportamento político dos indivíduos a participação em organizações religiosas. Quando olhamos para os cruzamentos resultantes entre essa variável e as modalidades de participação políticas convencionais (Tabela 2) encontramos a primeira e única associação estatisticamente significativa com participação eleitoral, que ocorre entre os evangélicos pentecostais (,048).

Tabela 2 – Participação Política Convencional e Organizações Religiosas

Variáveis	Participação Eleitoral		Audiência Pública		Associação de Bairro		Partido ou Movimento Político	
	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.
Católico	5,475	,065	6,461	,040	10,910	,004	1,005	,605
Protestante Tradicional	1,794	,408	2,157	,340	10,776	,005	,455	,796
Evangélica Pentecostal	6,086	,048	9,541	,008	14,359	,001	5,216	,074
Religiões Nativas	5,895	,052	11,244	,004	19,469	,000	4,477	,107

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

Quanto à participação em audiência pública, temos associações estatisticamente significativas com os católicos (,040), evangélicos pentecostais (,008) e religiões nativas (,004). Para a participação em associações de bairro e juntas de melhorias, os dados apresentam significância para todos os grupos religiosos – católico (,004), protestante tradicional (,005), evangélico pentecostal (,001) e religiões nativas (,000). Já a participação em partido ou movimento não apresentou nenhuma associação entre os indivíduos que participam em organizações religiosas.

Como explicar essa ligação entre a participação em instituições religiosas e o comportamento político? Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), o

envolvimento dos indivíduos em instituições religiosas pode aumentar o seu potencial para a atividade política de duas formas: primeiro, gerando oportunidades para a prática de habilidades cívicas; segundo, por meio do recrutamento e da exposição a estímulos políticos.

Segundo os autores, as igrejas promovem a chance de seus membros desenvolverem e praticarem habilidades cívicas, isto é, essas instituições oferecem oportunidade de adquirir habilidades organizacionais e de comunicação em contextos que não estão diretamente relacionados com a política. Tais habilidades permitem que seus membros vejam a atividade política de forma menos assustadora, tendo mais probabilidade de tomarem parte dela. Assim, as instituições religiosas favorecem de diferentes formas o incremento da atividade do cidadão na política, contribuindo para o seu aprendizado de como ser um cidadão ativo (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Contudo, essas instituições não contribuem apenas para o desenvolvimento das habilidades cívicas, elas também funcionam como um local de recrutamento e estímulo de engajamento político. Devido à rede de contatos construída nas igrejas e nas organizações religiosas, essas instituições permitem que os indivíduos sejam recrutados para a participação e convidados a se envolverem na ação política. Mas tal recrutamento não se dá apenas por meio das redes de contato, pois não raras vezes as próprias instituições geram pedidos de participação (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995).

Não é incomum dentro das instituições religiosas que a liderança convide seus membros a votar em um candidato particular ou a tomar uma determinada ação política. Tais palpites e discussões de assuntos políticos no púlpito fazem com que os seus membros sejam expostos a mensagens, tópicos e discussões políticas. Isso, segundo os autores, interfere e contribui para a participação dos indivíduos, aumentando suas chances de ação política.

Os argumentos de Robert Putnam (1993 e 2000) reiteram a importância da igreja e das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas. Ao defender a relevância dessas instituições para a formação do capital social, que facilita a participação política, o autor afirma que as igrejas americanas têm funcionado como instituições sociais, promovendo as bases organizacionais e psicológicas para movimentos sociais e políticos, mas não apenas isso, têm inculcado valores morais, encorajado o altruísmo e fomentado o recrutamento cívico.

Dando continuidade às análises, acrescentamos as variáveis de controle sexo, idade e escolaridade e os resultados continuam consistentes e favoráveis à hipótese do efeito da religião sobre o ativismo. Os coeficientes e exponenciais dispostos na Tabela 3 (abaixo) indicam que ser ativo religiosamente aumenta em 69,5% as chances de um evangélico pentecostal participar de audiência pública na Câmara dos Vereadores. Frequentar a cultos e missas aumenta, ainda, em 100,2% as chances de um indivíduo das religiões nativas participarem dessa modalidade e em 74,9% a probabilidade de participarem de reuniões de partido ou movimentos políticos.

Tabela 3 – Regressão Logística para Participação Convencional por Frequência a Cultos e Missas

Variáveis	Audiência Pública		Associação de Bairro		Partido ou Movimento Político	
	<i>Sig</i>	Exp (B)	<i>Sig</i>	Expo (B)	<i>Sig</i>	Expo (B)
Católico	-	-	,250	1,219	-	-
Evangélica Pentecostal	,001	1,695	-	-	-	-
Religiões Nativas	,001	2,002	-	-	,000	1,749

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

Já no caso da participação em associação de bairros e juntas de melhorias, apesar do teste Qui-quadrado mostrar a existência de uma relação entre os católicos “praticantes” com essa modalidade de participação, quando inseridas as variáveis de controle sociodemográficas a religião deixa de ser um preditor significativo.

Tabela 4 – Regressão Logística para Participação Convencional por Organizações Religiosas

Variáveis	Participação Eleitoral		Audiência Pública		Associação de Bairro	
	<i>Sig</i>	Exp (B)	<i>Sig</i>	Exp (B)	<i>Sig</i>	Expo (B)
Católico	-	-	,208	,813	,023	1,450
Protestante Tradicional	-	-	-	-	,004	1,557
Evangélica Pentecostal	,316	1,149	-	1,602	-	1,575
Religiões Nativas	-	-	,006	1,728	,003	1,800

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

O mesmo ocorre com algumas associações encontradas na participação em organizações religiosas. Após acrescentarmos as variáveis de controle sexo, idade e educação, não tivemos a confirmação da associação no caso da participação eleitoral

entre os evangélicos e do envolvimento em audiência pública na Câmara dos Vereadores entre os católicos (Tabela 4).

Isso, contudo, não diminui a relevância das organizações religiosas, já que os resultados também revelam que participar nessas organizações aumenta em 60,2% as chances de um evangélico pentecostal participar em audiência pública e em 57,5% a sua probabilidade de participar em uma associação de bairro ou junta de melhorias. A única relação que encontramos, entre os protestantes tradicionais e a participação política, ocorre no meio dos religiosos que participam regularmente de organizações religiosas. Participar nessas instituições aumenta em 55,7% a chance de um protestante participar em associações de bairro e juntas de melhorias.

Encontramos, ainda, que participar em organizações religiosas aumenta em 45% a probabilidade de um católico participar de associações de bairro, já entre as religiões nativas a probabilidade de participar dessa modalidade de ação política eleva-se para 80%. Por fim, ser ativo religiosamente aumenta em 72,8% as chances de um indivíduo pertencente às religiões nativas participarem de uma audiência pública.

Apesar da ligação entre instituição religiosa e participação eleitoral não ter se confirmado, os dados nos permitem afirmar que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, o envolvimento dos indivíduos em instituições dessa natureza contribui para o aumento de seu potencial para a atividade política, seja por meio do desenvolvimento de habilidades cívicas ou pela exposição a mensagens e discussões políticas. Mas não apenas isso, os resultados confirmam a nossa hipótese de que, entre os religiosos, o ativismo religioso ou o *status* de praticante eleva o envolvimento em modalidades convencionais e burocratizadas de participação política, comandadas ou direcionadas pela elite. Tendo constatado isso, nosso próximo passo é verificar como esse ativismo religioso relaciona-se com as modalidades não convencionais de participação política.

Na tabela abaixo (Tabela 5) podemos ver que na participação em manifestação ou protesto público temos números estatisticamente significativos apenas entre os católicos praticantes (,011). Já assinatura de petição (,037) e participação em boicote (,014) associam-se com os indivíduos das religiões nativas que frequentam a cultos e missas regularmente. A única das modalidades a não apresentar relação estatisticamente significativa com o ativismo religioso foi a participação em bloqueio de rua ou espaço público. Dentre os grupos religiosos, nem os protestantes tradicionais, nem os evangélicos pentecostais mostraram ligação com as formas de ação política não institucionalizada ou de oposição às elites.

Tabela 5 – Participação Política Não Convencional e Frequência a Cultos e Missas

Variáveis	Manifestação ou Protesto Público		Bloqueio de Rua ou Espaço Público		Assinatura de Petição		Boicote	
	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.
Católico	9,089	,011	,310	,856	,868	,648	1,876	,391
Protestante Tradicional	5,907	,052	1,803	,406	2,857	,240	1,463	,481
Evangélica Pentecostal	1,509	,470	,127	,721	1,239	,538	1,221	,543
Religiões Nativas	3,092	,213	2,859	,239	6,616	,037	8,485	,014

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

Assim como frequentar a cultos e missas, participar em organizações religiosas também está associado com as modalidades não convencionais aqui tratadas. Como podemos ver abaixo, enquanto os católicos que participam dessas organizações estão associados com as participações em manifestação ou protesto público (,000) e em bloqueio de rua ou espaço público (,030), os indivíduos das religiões nativas apresentam valores significativos para a assinatura de petição (,013) e boicote (,020).

Tabela 6 – Participação Política Não Convencional e Organizações Religiosas

Variáveis	Manifestação ou Protesto Público		Bloqueio de Rua ou Espaço Público		Assinatura de Petição		Boicote	
	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.	X ²	Sig.
Católico	15,777	,000	7,036	,030	,629	,730	,386	,824
Protestante Tradicional	3,121	,210	3,912	,141	3,746	,154	2,232	,328
Evangélica Pentecostal	1,120	,571	1,961	,375	2,820	,244	2,333	,312
Religiões Nativas	1,612	,447	5,895	,052	8,658	,013	7,855	,020

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

Do que foi apresentado até o momento, podemos notar que ao limitarmos o alcance da nossa hipótese às modalidades convencionais, estamos deixando de fora um importante aspecto da relação entre o ativismo religioso ou o *status* de participante e o comportamento político dos brasileiros. Os dados apontam que o poder das instituições religiosas brasileiras em fomentar a atividade do cidadão na política parece maior do que o esperado.

Quando controlada pelas variáveis sexo, idade e educação (Tabela 7), a característica preditora do ativismo religioso só se mantém entre os indivíduos das religiões nativas que frequentam regularmente a cultos e missas, e apenas para a

participação em assinatura de petição (45,9%). Para as demais variáveis as associações não se confirmam, o que significa que nesses casos o *status* de praticante religioso não funciona como preditor ou como explicação para a ação política de participar em manifestação ou protesto público e de deixar de comprar algum produto, alimento ou qualquer outra coisa por motivos políticos.

Tabela 7 – Regressão Logística para Participação Não Convencional por Frequência a Cultos e Missas

Variáveis	Manifestação ou Protesto Público		Bloqueio de Rua ou Espaço Público		Assinatura de Petição		Boicote	
	X^2 Sig	Exp (B)	X^2 Sig	Exp (B)	X^2 Sig	Expo (B)	X^2 Sig	Expo (B)
Católico	,011	,729	,856	-	,648	-	,391	-
Protestante Tradicional	,052	-	,406	-	,240	-	,481	-
Evangélica Pentecostal	,470	-	,721	-	,538	-	,543	-
Religiões Nativas	,213	-	,239	-	,037	1,459	,014	2,124

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

No caso da participação em organizações religiosas isso só ocorre com bloqueio de rua ou espaço público, nas demais modalidades a regressão logística binária demonstra que o ativismo religioso serve como preditor da participação política (Tabela 8). Nossos testes demonstram, então, que ser católico “praticante” diminui em 32,8% a chance de um indivíduo participar de alguma manifestação ou protesto público. Já frequentar instituições de religiões nativas aumenta em 51,8% a probabilidade de participação em abaixo-assinados e em 155,3% de deixar de comprar algum produto, alimento ou qualquer outra coisa por motivos políticos.

Tabela 8 – Regressão Logística para Participação Não Convencional por Organizações Religiosas

Variáveis	Manifestação ou Protesto Público		Bloqueio de Rua ou Espaço Público		Assinatura de Petição		Boicote	
	X^2 Sig	Exp (B)	X^2 Sig	Exp (B)	X^2 Sig	Expo (B)	X^2 Sig	Expo (B)
Católico	,039	,672	,357	,723	-	-	-	-
Religiões Nativas	-	-	-	-	,002	1,518	,013	2,553

Fonte: Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP, 2012).

Ao observarmos os efeitos das instituições religiosas, tanto nas modalidades de participação convencionais quanto nas não convencionais, notamos que o tipo de igreja e de organização religiosa que os indivíduos frequentam, importam para a participação política, já que alguns grupos religiosos mostraram associações com um número maior de modalidades do que outros. Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), isso ocorre porque diferentes igrejas promovem diferentes oportunidades de aquisição de habilidades cívicas e de contato com mensagens e discussões políticas.

Os autores afirmam que, para a realidade americana, o exercício das habilidades cívicas desenvolvidas nas instituições religiosas está relacionado não apenas às características individuais como também às características das igrejas protestantes e católicas. Segundo esses, nos Estados Unidos as igrejas protestantes por tenderem a ser menores, por permitirem uma maior participação dos seus membros na liturgia e por serem predominantemente organizadas em bases congregacionais e não hierárquicas, propiciam a seus membros maiores oportunidades de exercer habilidades cívicas do que as igrejas católicas, o que contribui para uma maior ação política desse grupo. Esse argumento é criticado por Jones-Correa e Leal (2001) que afirmam que naquele país igrejas tanto católicas quanto protestantes oferecem um significativo encorajamento para o engajamento político.

No Brasil, as igrejas evangélicas são marcadas por uma imensa diversidade organizacional, teológica, litúrgica e política. Qualquer fiel pode fundar um novo templo, sem sair do mundo evangélico. As igrejas pentecostais se desenvolvem na tradição dos pregadores leigos, de crentes que se distinguem por sua devoção e seu fervor (FREESTON, 1993). Essas, assim como as americanas, permitem uma maior participação de seus membros na liturgia, possibilitando uma participação anárquica ou plural da palavra. Como aponta André Corten (1995, p. 62) “qualquer fiel pode pontuar o culto de um ‘aleluia’ ou de um ‘glória a Deus’ sonoro”.

O fato de nossos dados apontarem que frequentar a cultos ou organizações evangélicas aumenta as chances de um indivíduo participar em audiência pública na Câmara dos Vereadores, e em associação de bairro ou junta de melhorias, nos faz pensar que essa interação ocorrida durante os cultos pode estar servindo de oportunidade de desenvolvimento das habilidades cívicas necessárias para a ação política. Tal oportunidade, somada às mensagens e palpites políticos dos líderes desse segmento religioso, bem conhecidas das últimas campanhas eleitorais, têm influenciado a participação política tradicional dos evangélicos.

Cabe destacar que apesar das instituições evangélicas terem o potencial de aumentar a atividade política dos brasileiros, isto não se dá da mesma forma que nos

Estados Unidos. No Brasil, o peso histórico da presença evangélica em comparação com a católica é menor, uma vez que a nossa colonização foi marcada por um catolicismo missionário. Além disso, a perspectiva escatológica de espera do retorno de Cristo fez, durante muitos anos, com que os evangélicos brasileiros se auto-exclussem da política, considerando a participação política uma perda de tempo (CORTEN, 1995; FRESTON, 1993).

Dada a relação histórica existente entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, era de se esperar que essa instituição religiosa fosse a que mais contribuísse para o crescimento do engajamento político dos indivíduos. Isso, contudo, não ocorre. Apesar da participação em organizações católicas aumentar o engajamento em associações de bairros e juntas de melhorias, nossos dados demonstram que o ativismo católico também diminui a probabilidade de um indivíduo participar de alguma manifestação ou protesto público.

Uma explicação para esse fenômeno é a apresentada por Verba, Schlozman e Brady (1995), de que as igrejas católicas, por serem instituições com uma hierarquia bem estabelecida e rígida, proporcionam poucas oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas. Tal explicação, contudo, não dá conta de explicar satisfatoriamente a pequena influência da Igreja Católica no comportamento político dos brasileiros, pois apesar dos fiéis não terem uma grande abertura para participação durante as missas, esses têm a possibilidade de entrar em contato com assuntos e discussões políticas nas Comunidades Eclesiásticas de Base e nas Pastorais, organizações religiosas que ainda hoje têm como objetivo uma reflexão crítica a respeito da realidade e da sua relação com o Evangelho. Haja vista que a base de dados que utilizamos não apresenta informações adicionais acerca dos diferentes segmentos e movimentos católicos, não é possível nos aprofundarmos nessa discussão.

As instituições religiosas que apresentaram o maior número de associações com a participação política, tanto convencional quanto não convencional, foram as das religiões nativas. Nossos dados demonstram que frequentar cultos ou organizações dessas religiões aumentam a probabilidade dos indivíduos participarem em audiência pública, associações de bairros, reuniões de partido ou movimentos políticos e em boicotes.

Como explicarmos tamanho efeito? Essas instituições parecem ter no Brasil uma significância semelhante à das igrejas protestantes negras nos Estados Unidos, em sua capacidade de desenvolvimento de habilidades e de fornecimento de uma infraestrutura organizacional para a ação política. Segundo Verba, Schlozman e Brady

(1995), as congregações religiosas tendem a ser relativamente homogêneas socialmente, pois aqueles que adoram juntos normalmente compartilham não apenas sua fé como também sua raça, etnia e classe social. Isso permite uma melhor distribuição de oportunidades de exercer habilidades cívicas, trazendo para a participação na vida política grupos em desvantagem e aqueles que de outro modo não podem ou não conseguem envolver-se na política.

Segundo Putnam (2000), ao encorajar a mistura de assuntos religiosos e comunitários a tradição religiosa negra nos Estados Unidos faz com que as organizações baseadas na fé sejam centrais a mobilização dos indivíduos. Ao que parece, a mistura dos assuntos religiosos com os movimentos sociais negros tem feito no Brasil com que as organizações baseadas nas religiões nativas sejam centrais para o engajamento na vida política nacional.

Considerações finais

Ao nos dedicarmos ao estudo da relação entre ativismo religioso e participação política nos deparamos com alguns problemas. O primeiro diz respeito à dificuldade de se encontrar literatura brasileira que trate do comportamento político e sua relação com a religião, por isso tivemos que recorrer à literatura norte-americana que aborda essa temática. Como a realidade social americana difere da brasileira foi necessário adaptá-las para podermos aplicá-las ao nosso contexto.

A escassez de perguntas a respeito da religião nos *surveys* foi o segundo problema encontrado durante o desenrolar da pesquisa. Infelizmente, as questões que dizem respeito às crenças e valores religiosos dos indivíduos ainda são precárias nos principais questionários de opinião pública aplicados no Brasil, o que limita muito o alcance da pesquisa acerca dessa temática e sua relação com a participação política.

Contudo, apesar das dificuldades, conseguimos encontrar circunstâncias diferentes das observadas em outros estudos e esperamos que os resultados deste artigo venham a contribuir para a compreensão da participação política em nosso contexto. Como apontado em vários momentos deste texto, a presença da religião na política nacional não é um fenômeno recente. Esse relacionamento tem se construído desde a colonização do nosso país e parece longe de acabar. A luta da Igreja Católica por manter sua hegemonia como religião dominante, a busca por legitimação e por reconhecimento das religiões de matriz afro, a procura dos evangélicos em defender seus valores morais e éticos, e tantos outros aspectos da religiosidade brasileira, deixaram e deixam marcas na esfera pública que não podem ser ignoradas.

Apesar do foco principal dos pesquisadores brasileiros ainda estar na inserção dos grupos religiosos, principalmente dos evangélicos, na política eleitoral e partidária, o conjunto dos resultados apresentados nesse artigo indica que, para realmente entendermos a influência e a presença da religião na política nacional, precisamos ampliar nossos horizontes para dimensões não eleitorais.

■ Ednaldo Aparecido Ribeiro é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e Professor Adjunto de Ciência Política na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ednaldoribeiro@icloud.com.

■ Alice Vila Nova Procopiuk Walter é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: alice14@gmail.com

Referências

- BEM, Daniel F. de; LEISTNER, Rodrigo M. Caminhos trancados: Conflitos e projetos políticos afro-religiosos e o processo eleitoral no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. II, n. 18, p. 129-148, jul./dez. 2010.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- BOHRNSTEDT, George G.; KNOKE, David. *Statistics for social data analysis*. New York: Peacock, 1982.
- CAMPBELL, David E. Acts of faith: Churches and political engagement. *Political Behavior*, v. 26, n. 2, p. 155-180, 2004.
- CORTEN, André. *Os pobres e o Espírito Santo: O pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DJUPE, Paul A.; GRANT, J. Tobin. Religious institutions and political participation in America. *Journal of Scientific Study of Religion*, v. 40, n. 2, p. 302-314, 2001.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.
- GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

- INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, Toronto, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- JONES-CORREA; Michael, LEAL, David. Political participation: Does religion matter? *Political Research Quarterly*, n. 4, p. 751-770, dez. 2001.
- LAPOP. *Latin American Public Opinion Project*. 2012. Disponível em: <www.lapopsurveys.org>. Acesso em: jul. 2005.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa da esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 47-65, mar. 2006.
- MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.
- ORO, Ari. Religião e Política nas Eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 9-70, set. 2001.
- ORO, Ari. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.
- ORO, Ari; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. II, n. 18, p. 11-38, jul./dez. 2010.
- PIERUCCI, Antônio F. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 5-15, mar. 2011.
- POWERS, Daniel; XIE, Yu. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. 2a.ed. London: Emerald Group Publishing Ltd, 2008.
- PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival on American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. *Participação Política na América Latina*. Maringá: Eduem, 2015.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. *Voice and Equality: Civic Volunteerism in American Politics*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

*Texto recebido em 1º de outubro de 2015.
Aprovado em 29 de março de 2017.*